

O IMPACTO POLÍTICO DA LUTA ANTIMAÇÔNICA ANTES DE 1940

Em 28 de dezembro de 1935, na Câmara dos Deputados da Terceira República, a ordem do dia previa a discussão do projeto de lei sobre "Grupos de combate e milícias privadas", que visava, na verdade, à dissolução das ligas nacionais que haviam desempenhado certo papel nos eventos de fevereiro de 1934.

Durante a discussão dos parágrafos, uma emenda foi apresentada por deputados da direita. Essa emenda visava à Maçonaria e exigia sua dissolução; os autores da emenda assimilavam a Maçonaria a uma liga de atividade secreta e perigosa — o que não deixava de ser uma forma de humor negro, voltando o procedimento em curso contra o seu próprio autor.

"Ao lado dos meios de ação que quereis proibir aos agrupamentos em nome da ordem pública e da segurança do Estado", sustentou o Sr. René Dommange, um dos autores da emenda, "existe outro meio de ação não menos perigoso, não menos temível para a ordem pública. Esse meio de ação é o caráter oculto e clandestino com que se envolvem certas sociedades secretas, nomeadamente as formações e as lojas dependentes das obediências maçônicas."

Para apoiar essa afirmação, os oradores da direita enumeraram uma série de anomalias e privilégios de que as lojas desfrutavam. É o caso, lembrou o Sr. Dommange, das publicações maçônicas não estarem sujeitas ao depósito legal: encontra-se, ao todo, na Biblioteca Nacional, apenas um relatório do Congresso das Lojas do Oeste de 1925 e outro da região parisiense de 1909.

O doutor Cousin incriminou o caráter rigoroso do segredo maçônico, segundo o regulamento do Grande Oriente; trata-se de um comportamento perigoso para o Estado. Não fora, com efeito, o "irmão" Gaston Vidal quem dissera em 1927: *"Pode-se tornar deputado, ou até ministro, sem deixar, no exercício de seu mandato e de suas funções, de ser, antes de tudo e acima de tudo, maçom"?*

O Sr. Dommange e seus amigos não obtiveram satisfação, e a Maçonaria não foi suprimida. A emenda que apresentaram obteve apenas 91 votos de um total de 461 votantes. A maior parte da direita, aquela que chamaremos de "liberal", absteve-se: julgava que a iniciativa não era "oportuna" e, pressentindo já a chegada ao poder da futura "Frente Popular", temia represálias contra as associações religiosas.

Este lembrete histórico tem apenas o objetivo de confirmar o papel importante dos "precursores esquecidos". Certamente, seu trabalho muitas vezes ingrato e suas campanhas sem grande repercussão — exceto durante os grandes escândalos maçônicos — não levaram a nenhum resultado concreto antes de 1940; contudo, sua ação alertou a opinião pública e dela restou algo, visto que o novo regime viria a assumir suas conclusões.

O papel dos "precursores" havia terminado; a ação antimaçônica passaria, doravante, a situar-se no plano político, no ambiente da Ocupação e das exigências do ocupante, sem negligenciar a influência determinante dos maçons e filomaçons infiltrados em grande número no novo Estado.

Um livro recente e muito documentado sobre os homens e os fatos traça as etapas desta situação nova e, no mínimo, ambígua. *VICHY ET LES FRANCS-MAÇONS*, de Dominique Rossignol (1), expõe detalhadamente, com documentos comprobatórios, como foi realizada a luta contra as sociedades secretas sob o regime de Vichy.

Após uma fase prévia de informação, colhida nos arquivos das Lojas, a repressão exerceu-se, com muito atraso e, portanto, ineficácia, entre maio de 1941 e junho de 1942, por meio da publicação dos nomes dos antigos dignitários das sociedades secretas e da proibição de exercerem funções públicas, em virtude da lei de 11 de agosto de 1941.

Seguiu-se um período de confusão, no qual se enfrentaram os antimaçons e Pierre Laval, que freou o quanto pôde as iniciativas destes. Essa confusão durou até a Libertação, que veria as diversas obediências maçônicas renascerem de suas cinzas ainda quentes.

Na lista de publicistas e escritores antimaçons da primeira metade do século, um nome foi esquecido: o de Paul Nourisson, cuja obra merece ser recordada.

NOURISSON, Paul (nascido em Paris em 22 de julho de 1858, falecido em Dorat em 30 de maio de 1940) — De origem auvergnata, Paul Nourisson deixou a memória de um advogado de renome e de um jurista que foi autoridade em sua época em matéria social.

Dedicou sua vida a lutar pelas três causas que considerava essenciais: a defesa das liberdades religiosas, a afirmação do papel social tradicional da Igreja e a luta contra a Maçonaria.

Paul Nourisson discernira muito cedo a maleficência da seita e denunciou incansavelmente sua ação como um historiador experiente; sua polêmica era cortês, mas solidamente argumentada. Deixou inúmeros estudos, artigos de revistas e folhetos, mas sobretudo três obras essenciais:

O Clube dos Jacobinos sob a Terceira República (1900), *Os Jacobinos no Poder* (1904) e *Um Século de Política Maçônica* (1929).

F. M. d'A.

(1) *Éditions Lattès - PARIS*

Revision #2

Created 18 February 2026 23:36:42 by Admin

Updated 18 February 2026 23:43:24 by Admin